

Precisamos entender o futuro dos jovens

» FÁTIMA SOUSA

Enfermeira sanitária, professora associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília. Doutora honoris causa pela Universidade Federal da Paraíba e pós-doutora pela Université du Québec à Montréal.

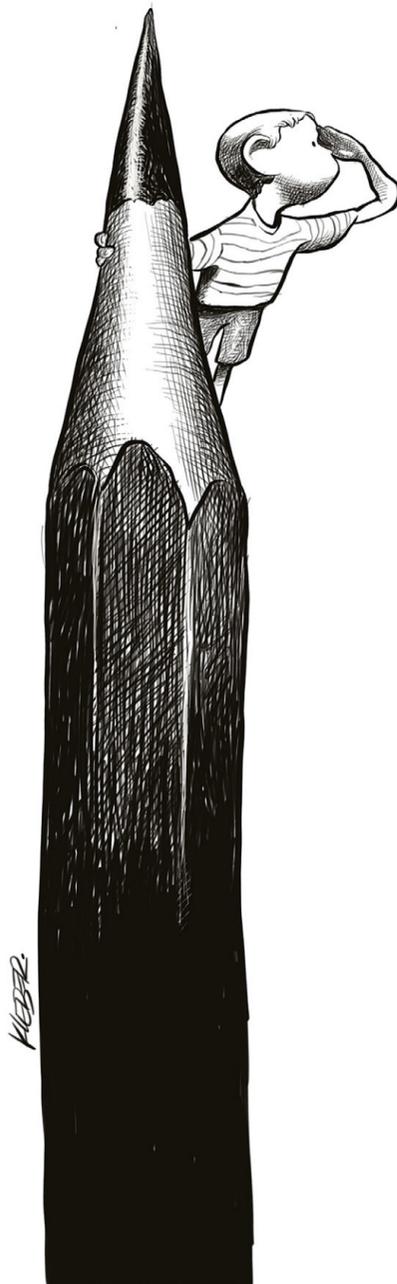
Durante a última semana, diversos jornais deram destaque à pesquisa realizada em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e pelo Instituto de Estudo e Pesquisa (Insper), conduzida pelos professores Luciano Salomão e Naercio Menezes Filho, e publicada no final de fevereiro, que demonstrou, estatisticamente, os efeitos positivos da educação em municípios brasileiros.

Os pesquisadores criaram um indicador de qualidade do ensino, denominado Ideb-Enem, construído pela integração de dois tipos de dados: (1) a porcentagem de alunos que se matriculam no 1º ano do ensino fundamental na idade ideal (6/7 anos) e conseguem completar o ensino médio dez anos depois; e (2) a nota média desses alunos no Enem. Eles investigaram as relações da variação desse indicador nos municípios entre 2009 e 2019 com outros três aspectos: as mudanças do número de homicídios, do número de matrículas no ensino superior e do número de novos empregos.

Entre os resultados mais interessantes está a confirmação de que a quantidade de jovens que prestou o Enem aumentou entre 2009 e 2016, mas depois declinou até 2019. O novo indicador Ideb-Enem aumentou entre 2009 e 2014 em todas as regiões. O mais impressionante, entretanto, é a demonstração matemática de que o crescimento de um ponto no Ideb-Enem esteve associado a uma diminuição de 25% nos homicídios, um aumento de 15% nas matrículas em cursos superiores e um notável aumento de 200% na geração de empregos.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, nos últimos 20 anos, a educação brasileira vinha passando por uma significativa transformação positiva de investimento em educação, que variou de 3,8% do PIB, em 1994, a 5,6% em 2014. Um estudo do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB/UERJ) demonstrou que os investimentos em educação e ciência do governo Bolsonaro nos três últimos anos foram os mais baixos no Brasil desde o ano 2000. O Ministério da Educação (MEC) tem este ano um pequeno aumento para R\$ 3,45 bilhões em investimentos, valor muito aquém do apresentado entre 2009 e 2015, que variou de R\$10 bilhões a R\$ 20 bilhões.

Por isso, nosso primeiro desafio é conseguir um orçamento digno para os investimentos em educação. Um grande esforço político precisará ser feito ante a nova Câmara Federal para dobrar



a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) investido, atualmente na casa dos 3,5%, visando aproximá-lo dos valores investidos por países com os melhores resultados em educação. Essa mudança orçamentária tornaria possível o cumprimento da meta de universalização do ensino médio presente em nossa Constituição; facilitaria, por exemplo, a integração prevista na lei do ensino municipal e estadual, compondo uma espécie de Sistema Único da Educação. Permitiria também mais investimentos na formação e na remuneração dos docentes, com a criação de um plano de carreira nacional para o ensino fundamental e o médio.

Entretanto, os desafios não se resumem à questão orçamentária. A realidade da educação tem causas, sobretudo, estruturais, e o enfrentamento de questões estruturais só pode ser feito com base em decisões políticas social e cientificamente orientadas. As pastas ministeriais e das diversas secretarias de Educação nas três esferas de governo têm sido ocupadas repetidamente por pessoas leigas, que pouco ou nada conhecem de pedagogia e sistemas educacionais. Daí, a necessidade de revigorar os conselhos de educação, que, como as demais instâncias de controle social, foram esvaziados pelo atual governo, quando não simplesmente dissolvidos. Isso inclui uma mais ampla garantia de retomada das políticas compensatórias de ingresso nas universidades e nos institutos federais.

Outro desafio a ser mais profundamente discutido com a sociedade é o fato de existir uma descentralização da operacionalização da educação, que permite a diversificação dos processos de ensino-aprendizagem, mas uma centralização da avaliação, que desconsidera os contextos. Permanecem também a questão da “promoção automática” no ensino fundamental, independentemente do desempenho, e a da criação e difusão, em todo o território nacional, de escolas públicas de tempo integral, que, comprovadamente, protegem as crianças contra ambientes de violência e abuso domiciliar, e melhoram o desempenho escolar.

As eleições de 2022 poderão ser um divisor de águas para uma governança da educação nacional, de forma que possamos nos próximos cinco anos discutir dados ainda mais impressionantes que os alcançados pela pesquisa da USP/Insper e, assim, contribuir para uma sociedade em que a esperança continue a habitar o coração da juventude.

O antagonismo das ações governamentais para o setor químico nacional

» SORAYA THRONICKE

Senadora da República (MS), União Brasil

A Presidência da República editou o decreto que reduz o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 25% com a intenção de que o consumidor encontre preços mais baixos no comércio, tenha acesso a bens de consumo e ao mesmo tempo, no intuito de incentivar a indústria nacional. Essa iniciativa, na medida em que reduz a carga tributária da indústria, aponta na direção certa e representa um fôlego para toda a cadeia produtiva do país, que sofre graves efeitos de dois anos de pandemia e desaceleração econômica mundial.

A pauta reflete uma das bandeiras da campanha de 2018 do governo Bolsonaro, da qual fiz parte, representando o estado do Mato Grosso do Sul, e também todas as pessoas que não aguentam mais a alta carga tributária nacional, e que buscam soluções para diminuição do tamanho do Estado e lutam pela liberdade econômica.

Na contramão do incentivo econômico anunciado recentemente, a Medida Provisória 1.095, de 31 de dezembro de 2021, representa a desaceleração da indústria química — o terceiro setor que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do país — e, conseqüentemente, para a arrecadação de impostos que financiam políticas públicas. Assinada no final de 2021, a MP 1.095 marca a revogação do Regime Especial da Indústria Química (REIQ) — forma utilizada para equilibrar a balança desfavorável brasileira em relação ao mercado internacional desde 2013.

A justificativa do governo é que o “benefício fiscal” perdurou tempo suficiente para a efetivação de

seus objetivos de fomento à atividade econômica contemplada. Um equívoco: o REIQ não é um benefício. A medida foi tomada como forma de equilibrar a competitividade nacional.

Nos países em que a indústria química é potente, observa-se programas similares ao regime especial REIQ. É um setor intensivo em investimentos e que requer segurança jurídica e uma clareza quanto ao longo prazo para operar com eficiência. As decisões antagonônicas em um mesmo governo refletem um cenário no mínimo de instabilidade política, ou pelo menos, difícil de ser compreendido pela sociedade, considerando que ainda enfrentamos variantes da Covid-19, além de uma guerra entre Rússia e Ucrânia, podendo ter inúmeros reflexos na economia mundial e no Brasil. Além disso, estamos em pleno debate da reforma tributária no Congresso Nacional, com taxas de juros cada dia maiores, para conter a escalada do dólar e a inflação.

E apesar de “pensado” para perdurar até 2025 no Brasil, o REIQ já é visto como o principal alavanca do setor dos últimos anos, mesmo diante de um cenário de crise endêmica e econômica. Revogar o acordado pelo Governo Federal durante sua vigência, sem debater com a indústria nacional os impactos negativos desta ação, e propor soluções paralelas ou alternativas, e ainda, com aumento dos juros e diminuição do crédito na praça, pode significar uma redução drástica de investimentos e perda da relevância do setor para a economia brasileira. Um verdadeiro ciclo vicioso nefasto.

As previsões é que o setor químico brasileiro, que é o sexto maior do mundo, tenha uma forte queda econômica, com impacto de R\$ 5,5 bilhões no PIB brasileiro, pelos dados da FGV Projetos 2021. Ao se somar a essa perda de arrecadação o impacto devido ao efeito renda, a perda total de arrecadação anual seria de R\$ 3,2 bilhões. Mais grave ainda, a queda dos ganhos do setor impactará diretamente a vida dos 85 mil trabalhadores do segmento em um momento em que o principal objetivo do país é manter e aumentar empregos.

Elevar a carga tributária do setor químico, ou de qualquer setor econômico brasileiro, neste momento, é agravar ainda mais esse cenário desfavorável. Temos uma das energias mais caras do mundo, décadas sem investimento em ferrovias, sucateamento das rodovias e, apesar dos avanços recentes na logística, temos muito ainda a evoluir para tornarmos as indústrias brasileiras capazes de competir no mercado global, pois os custos diretos e indiretos sobem diuturnamente, mesmo diante da maior crise sanitária mundial.

Aumentar impostos sempre foi a saída mágica dos governos anteriores. Precisamos mudar este triste histórico, pois a sociedade não resiste mais a soluções imediatistas, sem pensarmos nas consequências futuras aos nossos filhos e netos. Não podemos mais fazer o mesmo, da mesma forma. Tenho convicção que conseguiremos isso juntos, com união! Sociedade, Legislativo, Executivo e segmentos produtivos.

Putin, o confeitoiro do globalismo

» DIOGO DA LUZ

Agroempreendedor, piloto de aeronave e ex-candidato ao Senado pelo Novo em 2018

Havia uma velha caixa de ovos na despensa, até que resolveiram achar que era daninha e, de tanto bater, fizeram um bolo de ovos em claras, à espera da cereja. Enquanto a direita livre e racional defende firmemente a liberdade de escolhas, o direito à propriedade e aos domínios territoriais de uma nação, a utopia globalista prega que a Amazônia e o mundo são nossos, como se tudo fosse de todos e nada de ninguém, sempre sob a tutela do Estado lindo, provedor e colorido, tipo *Imagine*, como diria John Lennon.

E, prometendo essa magia do governante poeta e desarmamentista, nasceram os líderes “peace and love”, como Volodimir Zelensky, Joe Biden e outros, cheios de discursos politicamente corretos, que lembravam o ingênuo plantador de amendoins, Jimmy Carter. Todos, como mostra a história, fadados ao fracasso retumbante, tal qual o PT no Brasil: veio, insistiu, ganhou, destruiu e sumiu, enxovalhado pelo povo.

De outro lado, quando quase ninguém imaginava, veio uma tal de grita dita como salvadora e Putin começou a metralhar a pobre Ucrânia, como se aquela população fosse a causadora dos males da humanidade. Não bastasse, resolveu chamar o único presidente judeu do mundo, além do israelense, de nazista. De tão insana a sua narrativa e ofensiva, Putin fez daquele inexpressivo ator, um herói mundial, digno dos maiores palanques imagináveis. Nada como um ataque ao fracote para fazer dele, mais que uma legítima vítima, senão um herói. Foi o que aconteceu.

Vale ressaltar que a invasão russa à Ucrânia tornou-se pauta eleitoral no Brasil. Desde que o presidente Vladimir Putin determinou a operação militar no leste europeu, pré candidatos ao Palácio do Planalto se lançaram nesse balaio de gato. Luiz Inácio Lula da Silva foi às redes sociais questionar “para que serve um presidente que briga com todo mundo”. “Até em coisas sérias, ele (Bolsonaro) mente, disse que tinha conseguido a paz ao viajar para a Rússia”, escreveu Lula.

O petista referiu-se à declaração de Jair Bolsonaro de que Putin “busca a paz” e que, “coincidência ou não, parte das tropas deixaram a fronteira” durante a visita do presidente brasileiro. O Planalto reagiu. A primeira contraofensiva partiu do ministro chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. Segundo ele, a politização da guerra na Ucrânia é “oportunistas”.

Mas de fato a polarização está em todo lugar, seja de um lado ou do outro. Os grupos de WhatsApp, por exemplo, se tornaram uma empreitada difícil. Você entra em um grupo literário e uma semana depois passa a receber figurinhas, vídeos e “alertas” sobre Lula ou Bolsonaro. A gente sabe muito bem aonde isso tudo pode dar.

Em 2018 não houve debate qualitativo e elegemos o presidente num espírito anti-PT. Desnecessário lembrar os motivos do desgaste do partido, afundado em denúncias de desvios de recursos públicos. E agora o ex-presidente reaparece no cenário político. E de novo a gente fica com a impressão de que está assistindo a uma partida de futebol com apenas dois jogadores em campo.

O Brasil não pode seguir os passos do que de pior foi praticado em todos os sistemas totalitários. E aqui cito apenas algumas como a divisão da sociedade; a manipulação da opinião pública; o culto à personalidade, a demagogia e o populismo; a falta de transparência dos gastos públicos e a busca do salvador da pátria; o assassinato de reputações; e a polarização pura e simples, com a falta de discussões de ideias. Isso sem entrar no mérito do aparelhamento de instituições.

Se queremos um mundo livre e menos polarizado, precisamos entender que não se trata de uns contra outros, mas de apenas um contra todos, ou seja, é você, sua mãe, seu filho, sou eu e cada um de nós que está sendo oprimido por grupos de poder, que querem mandar em todos.

Quanto mais aceitarmos esse divisionismo de lá ou cá, mais seremos prisioneiros do populismo “salvador”, mas autoritário. Nossa libertação está forçosamente no equilíbrio e na percepção que apontar o dedo, bater e bater só faz crescer o bolo alheio. Para mim chega! Precisamos abraçar projetos e pessoas que parem de tacar pedras e comecem a falar de propostas e soluções. Minha vida na aviação ensinou que apontar culpados, até pode resolver o passado, mas não previne a repetição dos erros e muito menos abre caminhos para o futuro.